



A Responsabilidade Socioambiental na Produção Agroecológica: Uma Perspectiva da Ecofeira na UFMT

The Socioenvironmental Responsibility in Agroecological Production: A Perspective of Ecofeira at UFMT

NOLASCO, André Luiz¹; RIBEIRO, Alexandro Rodrigues²; OLIVEIRA, Lorena Leal²

¹Universidade Federal de Mato Grosso, andre.nolasco1@hotmail.com; ²Universidade Federal de Mato Grosso, ivalex_6@hotmail.com; lorenaleal719@gmail.com

Resumo: A agroecologia em termos de responsabilidade socioambiental é uma ferramenta efetiva na transformação de realidades sociais, ambientais e econômicas. Considerando a produção equilibrada e respeitando as características biofísicas, climáticas e sociais do meio rural. O projeto de extensão da Ecofeira na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) propôs aos agricultores do assentamento Agroana-Girau, em Poconé-MT, sabendo-se de suas necessidades e desamparo técnico institucional, a implementação de um sistema de produção orgânica, considerando os aspectos agroecológicos para proporcionar melhorias significativas na qualidade de vida das mais de 30 famílias atualmente atendidas. A fim de atender às demandas por redução dos impactos ambientais gerados pela agricultura, problemas socioeconômicos, e aumento da segurança alimentar dos assentados, a produção orgânica em modelo agroecológico, tem se mostrado uma alternativa viável e rentável para os agricultores. Embora existam muitas barreiras para a implantação de um modelo de produção orgânica agroecológica, essa é uma alternativa que deve ser discutida pela sociedade como um todo, visto que há contribuições positivas e inegáveis em termos sociais, ambientais e econômicos, e se tratando de questões socioambientais, devemos agir localmente para mudar a realidade regional e global.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Assentamento Rural, Orgânico, Sustentabilidade.

Abstract: Agroecology in terms of socio-environmental responsibility is an effective tool in the social transformation, environmental and economic realities. Considering the balanced production and respecting the biophysical, climatic and social characteristics of the rural environment. The project of extension of Ecofeira at the Federal University of Mato Grosso (UFMT) proposed to the farmers of the Agroana-Girau settlement in Poconé-MT, knowing their institutional technical needs and destitution, the implementation of an organic production system, considering the agroecological aspects to provide significant improvements in the quality of life of the more than 30 families currently served. In order to meet the demands for reduction of the environmental impacts generated by agriculture, socioeconomic problems, and increased food security of the settlers, organic production in an agroecological model has been shown to be a viable and profitable alternative for farmers. Although there are many barriers to the implementation of a model of organic agroecological production, this is an alternative that should be discussed by society as a whole, since there are positive and undeniable contributions in social, environmental and economic



terms, and when it comes to socio-environmental issues, we must act locally to change a global reality.

Keywords: Family Farming, Organic, Rural Settlement, Sustainability.

Introdução

A responsabilidade socioambiental envolve não apenas empresas e órgãos públicos, mas também a sociedade como um todo, sendo estes fundamentais para maior alcance e ampliação dos resultados das medidas adotadas, atuando como disseminadores e executores diretos e indiretos, visto que as relações sociais são formadas por pessoas e para pessoas, que vivem e interagem com o meio ambiente como um todo. Nesta perspectiva, suas ações (boas ou ruins) impactam direta ou indiretamente no ambiente e, conseqüentemente, no próprio meio social.

Assim, os efeitos de ações e decisões contra ou pró-ambientais podem ser ampliados; por mais que essas ações sejam locais, elas geram conseqüências globais em certa medida. Conforme Farrow et al. (2017), países em desenvolvimento tendem a atingir níveis mais elevados de degradação ambiental, e ter níveis mais baixos de preferências ambientais, em comparação a países desenvolvidos. No entanto, existe a possibilidade de mudanças em termos de normas sociais voltadas a questões ambientais, uma vez que essas normas podem ser introduzidas na sociedade, principalmente por governantes, bem como por meio da promoção de sensibilização, conscientização, engajamento e disseminação de conhecimento para os atores sociais.

Nesse sentido, a Ecofeira na UFMT, em funcionamento desde 2015 por meio do projeto de extensão da faculdade de Ciências Econômicas da UFMT que vem sendo desenvolvido desde 2013, de forma colaborativa e integralizada por meio do ensino, pesquisa, extensão e vivência, tem proporcionado a agricultores, alunos, professores, e comunidade externa, uma maior sensibilização e engajamento em causas e atitudes pró-ambientais, a fim de despertar e impulsionar não só a produção consciente, mas também o consumo.

Metodologia

Ao longo do desenvolvimento do projeto de extensão, considerando o período de 2015 a 2018, usou-se a técnica da observação não participante, que comporta empiricamente colher dados a partir da percepção do observador. Essa técnica examina de forma minuciosa a correlação da responsabilidade tanto dos agricultores quanto das instituições participantes nas atividades. O método indutivo permitiu a



vivência entre a prática dos agricultores e os resultados nas condições sociais, ambientais e a responsabilidade socioambiental quando da interação institucional.

O resultado dessas análises permite interpretar que as questões socioambientais, ao serem executadas na prática, evidenciam a junção da ação social que permeia entre os atores envolvidos, resultando em uma responsabilidade mútua.

Assim, considerando a agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável proposta pelas Nações Unidas no Brasil – ONUBR, que se refere a um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, e tem dentre os 19 objetivos do milênio, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (ONUBR, 2015). As contribuições teóricas aportam o conteúdo que permite perceber a realização da interação socioambiental.

Nesse sentido, deve haver necessariamente uma base ecológica para haver sustentabilidade, e a agroecologia e a produção orgânica se enquadram nesse contexto. Conforme Feiden (2005), a agroecologia refere-se ao zoneamento da área de exploração de determinada cultura, de acordo com as características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento, e a produção orgânica é feita levando-se em consideração também, que o solo é um organismo vivo, que necessita de nutrientes benéficos para não restringir suas atividades de reciclagem de nutriente, sendo a fonte de nutrientes apenas produtos naturais e não químicos sintéticos.

Originalmente, os produtores que adotavam os sistemas alternativos de produção o faziam por convicção pessoal, e movidos pela preocupação com o meio ambiente e com a saúde. Por isso, os sistemas de produção eram estabelecidos com base num conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de um alimento sadio, com características e sabor originais (Feiden, p. 54, 2005).

A interpretação de Cechin (2010), a respeito da contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen para a comunidade científica e acadêmica, evidencia a natureza como o único fator limitante do processo econômico, sendo este último fruto e dependente dela.

Segundo Schommer (2009), tem-se a ideia de que a responsabilidade socioambiental na condução dos negócios pode ser algo útil, por sua contribuição para a competitividade, sustentabilidade do negócio e por seus efeitos sobre a sustentabilidade em seu sentido ampliado. E esse processo envolve as ações da sociedade no planeta como um todo.



Ainda de acordo com Schommer (2009), à medida que cresce a consciência da sociedade sobre a interdependência entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais da vida, o engajamento empresarial no movimento de responsabilidade socioambiental tende a crescer. Nessa perspectiva, ocorre também o contrário, sendo as atitudes pró-ambientais das empresas e organizações causadoras de maior engajamento da sociedade em questão ambiental, visto que é uma responsabilidade compartilhada por todos os atores sociais.

Quando se fala em sustentabilidade, é comum que a primeira ideia que venha à mente seja a do equilíbrio ambiental. A concepção de desenvolvimento sustentável, todavia, é mais ampla do que isso, sugerindo que é necessário (e possível) conciliar proteção ambiental, justiça social e crescimento econômico. Na visão integrada de sustentabilidade, essas dimensões sequer são vistas de maneira separada. Quanto mais integradas estiverem, seja no dia-a-dia das pessoas, na gestão de empresas ou nas relações entre organizações, setores e países, mais nos aproximamos do ideal de sustentabilidade (Schommer, 2009, p. 69).

Assim sendo, os agricultores participantes da Ecofeira na UFMT, além de terem sua produção pautada em questões e modelos pró-ambientais através da produção agroecológica de hortifrúti orgânicos, ainda se tornam disseminadores e potencializadores das questões pró-ambientais, de sustentabilidade, consumo e produção conscientes e sintrópicos, despertando em seu meio social não apenas o engajamento em questões ecológicas e ambientais, mas também a busca por uma alimentação mais segura e saudável.

Resultados e discussões

Dentro deste contexto, a Ecofeira proporcionou aos agricultores do assentamento rural Agroana-Girau, localizado em Poconé, Mato Grosso, uma alternativa de mudança socioeconômica e ambiental através da produção hortifrúti orgânica em um sistema que permitiu a transição de um modelo de produção convencional para o agroecológico, buscando formas de tornar a produção e a comercialização rentável e sustentável.

O projeto de extensão da Ecofeira na UFMT também proporcionou uma redução de desigualdades sociais, visto que estes agricultores encontravam-se em situação de abandono técnico e institucional, não possuindo, assim, perspectivas de renda e permanência no campo.

Corroborando com o conceito de que,

Sistemas de produção, manejados de acordo com os princípios da agroecologia, são constatados a partir de uma realidade com altas produtividades, estabilidade ambiental, conservação da biodiversidade,



conservação do solo e água, além de promover uma maior valorização da agricultura familiar, garantindo trabalho, renda e equidade social. Em áreas de assentamentos e acampamentos rurais a produção agroecológica tem sido estimulada justamente por atender aos anseios dos agricultores familiares, além de se adequar à realidade dos mesmos. Capacitar e orientar os assentados e acampados sobre as diferentes técnicas agroecológicas, é uma necessidade. Porém, a introdução de novos conceitos pode ser dificultada em função das experiências que muitos já desenvolveram. Ao mesmo tempo, muitos destes saberes acumulados precisam ser valorizados (FERNANDES et al, p. 3, 2017).

Inicialmente, uma forma de produção orgânica foi apresentada aos agricultores, fornecendo o conhecimento técnico necessário para realizá-la e, durante o processo, foi realizada a transição para um modelo agroecológico orgânico; o projeto inicial de 2013 contava com aproximadamente 20 famílias, porém, dentro do processo de transição algumas dessas famílias desistiram, restando apenas 8 famílias daquelas que iniciaram o processo.

Hoje, 5 anos depois, o projeto conta com mais de 30 famílias que compõem os produtos comercializados na Ecofeira, direta ou indiretamente. Já em 2015 a produção chegou a aproximadamente 2 toneladas mensais, e hoje é de aproximadamente 6 toneladas mensais, essa produção atende o ponto comercial da Ecofeira no campus da UFMT no município de Cuiabá-MT, que fica a 104 km de Poconé-MT, e há ainda mais dois pontos comerciais em bairros periféricos.

Os agricultores participantes do projeto têm licença para garantir a produção e comercialização dos produtos orgânicos, por meio da associação de Organizações de Controle Social (OCS), obtida através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA), sendo esta uma certificação de produção orgânica. Possuem também certificação auditada, que permite não apenas a comercialização direta ao consumidor (como é o caso da OCS), mas também a comercialização para restaurantes e supermercados. Por meio do qual, promove segurança tanto para os produtores quanto para o consumidor final.

A OCS é um cadastro que

Possibilita ao agricultor familiar comercializar seus produtos diretamente ao consumidor e participar de Programas Governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), venda institucional. Para se cadastrar, o agricultor familiar deve ser legalmente reconhecido por meio da Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP) e deve estar organizado em uma Organização de Controle Social que poderá ser constituída a partir de um grupo informal de produtores ou envolver uma entidade, como associação ou cooperativa. Para o cadastro da OCS, ela deve estar ativa, possuir formas de controle e registro de informações que sejam capazes de assegurar a qualidade orgânica dos produtos e identificar claramente que produtor é responsável por cada produto (MAPA, 2017).



Ainda de acordo com o MAPA (2017), devem ser descritas as formas de controle social que devem ser adotadas pelo grupo, as quais devem conter pelo menos procedimentos como reuniões frequentes dos membros; frequência de visita às unidades de produção regulamentadas pela OCS; medidas para garantir a rastreabilidade dos produtos; medidas a serem tomadas mediante ao descumprimento das normas por algum membro; além da frequência e forma de organização de visitas da comunidade externa às unidades de produção. Por meio da assinatura conjunta de um termo de compromisso, os agricultores devem, obrigatoriamente, cumprir à Lei nº 10.831/03, ao Decreto Nº 6.323/07 e demais normas de produção orgânica em vigor. Dentro desse propósito, todos se tornam responsáveis por todos. Evidenciando a responsabilidade socioambiental (RSA) que os agricultores devem ter perante o MAPA, para obter o cadastro de Organizações de Controle Social (OCS).

No projeto da Ecofeira na UFMT, como se pretende promover a independência dos agricultores, todos os processos que envolvem desde a produção no campo, transporte e comercialização dos produtos nos pontos de venda são realizados pelos próprios agricultores atendidos no projeto. Estar em contato direto com os consumidores, provoca um maior pertencimento, interação social com diferentes realidades culturais e ambientais, além de proporcionar maior confiabilidade aos consumidores que estão adquirindo um produto verdadeiramente orgânico, tendo a possibilidade de saber por meio dos envolvidos no processo, como é realizada a produção até a chegada ao ponto de comercialização. Também permite que os agricultores se dissociem de intermediários para a comercialização da produção e, assim, aumentem seus ganhos, tanto econômicos quanto sociais.

Conclusões

Conclui-se que as barreiras para a implantação de um modelo de produção agroecológica orgânica no Brasil ainda são inúmeras. Que podem abranger desde a resistência dos próprios produtores ao abandono do modelo de produção convencional por medo de não alcançar bons resultados.

Ainda envolvendo dificuldades logísticas, na produção, transporte e comercialização dos produtos. Além da ausência de instituições governamentais em termos de ajuda nas demandas dos assentados, que se caracterizam pela falta ou dificuldade de acesso a linhas de crédito específicas e até pela falta de assistência técnica especializada.

E até mesmo a dificuldade de comercialização devido à falta de disponibilidade dos consumidores para se deslocarem para um ponto comercial da Ecofeira, por exemplo, para comprar (apenas) frutas e hortaliças orgânicas.



Nesse sentido, existe a necessidade de uma abordagem epistêmica, mais humanizada e efetiva na resolução de problemas socioambientais, abrangendo todos os elos envolvidos. Principalmente se tratando de uma classe socioeconomicamente vulnerável, marginalizada e desamparada institucional e tecnicamente.

Esse papel não pertence apenas a instituições públicas ou privadas, mas principalmente a membros da sociedade, se tratando de pessoa para pessoa. Visto que as instituições são criadas e formadas por pessoas, e estas são interdependentes em nossas relações sociais e existenciais.

Dentro do contexto social em que vivemos, as boas ou más atitudes de alguns, direta ou indiretamente, afetam outros indivíduos, principalmente quando se trata de aspectos socioambientais. Muitas vezes os impactos gerados por nós à natureza são ignorados e tolerados pela sociedade, tornando-se alarmantes e inconcebíveis somente depois que uma parcela da sociedade é afetada de maneira mais extrema e evidente.

Portanto, quando se trata de questões socioambientais, devemos pensar globalmente e começar com ações locais, para potencializar as medidas que se fazem necessárias para mudar uma realidade de séculos de degradação ambiental descontrolada e incompatível com os limites biofísicos do meio ambiente.

Referências bibliográficas

CECHIN, A. **A Natureza Como Limite da Economia: a Contribuição de Georgescu-Roegen**. São Paulo: Edusp e Editora do Senac, p. 04, 2010. Disponível em:

https://www.academia.edu/4196307/A_natureza_como_limite_da_economia_a_contribui%C3%A7%C3%A3o_de_Nicholas_Georgescu-Roegen. Acesso em: 7 out. 2018.

FARROW, K., Grolleau, G., and IBANEZ, L. **Social Norms and Pro-environmental Behavior: A Review of the Evidence**. *Ecological Economics*, 140: 1–13, Amsterdam: Elsevier, p. 03, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.04.017>. Acesso em: 6 out. 2018.

FEIDEN, A. **Agroecologia: Introdução e Conceitos**. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, cap. 2, p. 50-70, 2005. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap2ID-upGSXszUrp.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.



FERNANDES, L. G.; Brant N. L. C.; Natal D. B.; Samsonas H. do P.; Diogo B. R. S. **Uma Experiência em Transição Agroecológica nos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul de Minas Gerais**. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 3, 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22304>. Acesso em: 7 out. 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Produção Orgânica** (2017). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuario-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>. Acesso em: 9 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONUBR. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** (2018). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods7/>. Acesso em: 6 out. 2018.

SCHOMMER, P.C. **Responsabilidade Socioambiental. MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável**. Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil; Universidade Corporativa CAIXA, p. 67-69, 2009.